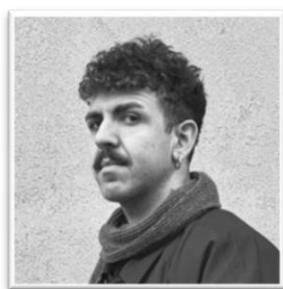
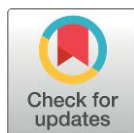


RDBCIRevista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação
Digital Journal of Library and Information Science

Correspondência dos autores

1  University of Ferrara
Ferrara, Ferrara - Itália
brmbdt@unife.it

2  University of Ferrara
Ferrara, Ferrara - Itália
michele.bonazzi@unife.it

Do acesso à ação: repensando a cidadania digital nas plataformas de bibliotecas públicas na era da IA

Benedetto Bramante¹  Michele Bonazzi² 

RESUMO

Introdução: Nos últimos anos, as bibliotecas públicas europeias têm investido fortemente na digitalização de seus serviços, desenvolvendo plataformas de empréstimo digital que ampliam o acesso à leitura e ao conhecimento. No entanto, essas plataformas não apenas organizam conteúdos, mas também constroem discursos institucionais sobre o que significa ser cidadão na era digital. **Objetivo:** Este artigo analisa criticamente os relatórios institucionais de três bibliotecas digitais europeias — MLOL (Itália), eBiblio (Espanha) e Gallica (França) — com o objetivo de investigar como a cidadania digital é representada, normatizada ou invisibilizada nesses documentos. **Metodologia:** A pesquisa utiliza análise de discurso crítica e comparativa, com foco em elementos linguísticos, narrativos e ideológicos presentes nos relatórios de 2023/2024. Foi construída uma matriz de comparação entre os três casos, destacando categorias como tom discursivo, representação do usuário e função ideológica do texto. **Resultados:** Os resultados revelam três modelos distintos de cidadania digital: patrimonial (Gallica), administrada (eBiblio) e participativa (MLOL). Todos, porém, evitam tematizar desigualdades digitais, exclusão social ou participação ativa dos usuários. **Conclusão:** O estudo destaca a necessidade de repensar as bibliotecas digitais públicas como espaços democráticos, especialmente no contexto brasileiro, onde ainda faltam políticas integradas. Com a chegada da inteligência artificial generativa, torna-se urgente refletir sobre plataformas públicas que não apenas ofereçam acesso, mas promovam agência cidadã.

PALAVRAS-CHAVE

Cidadania digital. Bibliotecas digitais públicas. Plataformização da cultura. Inteligência artificial generativa. Análise do discurso institucional.

From access to action: rethinking digital citizenship in public library platforms in the age of AI

ABSTRACT

Introduction: In recent years, European public libraries have invested heavily in the digitalization of their services, developing digital lending platforms that expand access to reading and knowledge. However, these platforms not only organize content but also construct institutional discourses on what it means to be a citizen in the digital age. **Objective:** This paper critically examines the 2023/2024 institutional reports of three major public digital libraries — MLOL (Italy), eBiblio (Spain), and Gallica (France) — to explore how digital citizenship is discursively represented, regulated, or silenced in each case. **Methodology:** Through a comparative critical discourse analysis, the study investigates

key linguistic and ideological patterns in the three reports. A comparative matrix was developed to examine dimensions such as discursive tone, user representation, time construction, and ideological functions. **Results:** The analysis identifies three implicit models of digital citizenship: patrimonial (Gallica), administrated (eBiblio), and participatory (MLOL). Despite their differences, all platforms fail to address digital inequality, user agency, or active participation in the design of digital services. **Conclusions:** The paper calls for a new sociopolitical vision of public digital libraries as inclusive, democratic infrastructures. In the Brazilian context, where no national cooperative digital library system currently exists, these reflections are especially relevant. With the rise of generative AI, public platforms must go beyond access and foster civic agency and digital empowerment.

KEYWORDS

Digital citizenship. Public digital libraries. Platformization of culture. Generative AI and public services. Discourse analysis in digital governance.

CRediT

- **Acknowledgments:** Not applicable.
- **Financing:** Not applicable.
- **Conflict of interest:** Authors certify that they have no business or associational interests that represent a conflict of interest in relation to the manuscript.
- **Ethical approval:** Not applicable.
- **Availability of data and material:** Not applicable.
- **Authors' contributions:** Conceptualization, Formal Analysis, Visualization, Writing – original draft, Writing – revision & editing: BRAMANTE, B.; BONAZZI, M.
- **Image:** Extracted from LinkedIn.

JITA: LP. Intelligent agents | Artificial intelligence

ODS: 16. Paz, justiça e instituições eficazes



| 2



Artigo submetido ao sistema de similaridade

Submetido em: 15/07/2025 – Aceito em: 28/08/2025 – Publicado em: 12/12/2025

Editor guest: Gildenir Carolino Santos 

1 INTRODUÇÃO

A primeira metade da década de 2020 iniciou-se com uma sucessão de eventos globais que remodelaram profundamente as formas de vida coletiva. Destacaram-se, em primeiro lugar, a pandemia de Covid-19, com as suas implicações sociais, culturais e políticas, e, a partir de 2022, o surgimento da inteligência artificial generativa (IA generativa) em âmbitos públicos e privados, introduzindo mudanças significativas nas práticas sociais e nos imaginários. Desde o lançamento global do ChatGPT pela OpenAI, seguido rapidamente pelo LLaMa da Meta, pelo Gemini da Google e pelo Deepseek da China, a IA generativa tem vindo a consolidar-se como força definidora do momento histórico contemporâneo. Tal como sucede em grandes momentos de viragem histórica, são as transformações sociais e tecnológicas que forçam uma reinterpretação dos conceitos basilares da vida democrática. Entre estes, o conceito de participação pública assume particular centralidade na discussão que este contributo procura desenvolver.

Tal como em outros momentos históricos transformadores, estas alterações nos panoramas social e tecnológico exigem um reexame das categorias fundacionais da vida democrática. Entre estas, o conceito de participação pública revela-se simultaneamente frágil e central. A participação pública em matéria de IA é frequentemente reduzida a gestos simbólicos ou consultivos, em vez de processos que redistribuam poder ou permitam a cogovernança (Corbett *et al.*, 2023). A maior parte do envolvimento cívico em torno da IA mantém-se nos níveis mais baixos, “informar” ou “consultar”, sem evoluir para parcerias ou transferência de autoridade (Corbett *et al.*, 2023; Sieber *et al.*, 2024).

Para agravar o quadro, a ambiguidade intrínseca dos conceitos de “participação” e de “IA” complica ainda mais a análise. As tecnologias de IA variam amplamente em termos de complexidade, alcance e opacidade — desde chatbots e análises preditivas até sistemas de deep learning cujos processos internos são efetivamente inescrutáveis para o público (Sieber *et al.*, 2024). Paralelamente, a noção de participação, já historicamente carregada, corre o risco de ser instrumentalizada ou diluída. Conforme alerta Cornwall (2008), a participação transformou-se num “conceito infinitamente maleável”, facilmente reformulado para servir necessidades institucionais sem substância democrática real.

1.1 Digitalização e Participação

No atual contexto europeu, a participação é simultaneamente um objetivo e um pré-requisito para a digitalização dos serviços públicos. Considera-se que ela garante a eficácia, a eficiência e a legitimidade da ação pública. Contudo, esta visão não está isenta de ambivalências. A nível operacional, a digitalização permanece um processo fragmentado: ainda não existe um paradigma unificador, nem uma plataforma verdadeiramente integradora capaz de ligar serviços digitais centralizados e locais. Em resposta a esta fragmentação, a inteligência artificial é cada vez mais proposta como recurso técnico e estratégico para potenciar a interação entre cidadãos e instituições.

De acordo com Klarić (2024), características-chave da IA, como a aprendizagem adaptativa e a capacidade de rever decisões em tempo real, podem tornar a experiência dos serviços digitais mais fluida e acessível. Desde que seja governada por princípios éticos e concebida com consciência social, a IA tem o potencial de redefinir radicalmente a relação entre a administração pública e os cidadãos, melhorando tanto a transparência como a responsabilização.

No entanto, digitalizar serviços públicos significa, necessariamente, digitalizar a própria cidadania. O conceito de cidadania digital, que emergiu no início dos anos 2000, foi inicialmente definido como um conjunto de comportamentos tecnologicamente responsáveis

(Ribble e Bailey, 2007). Hoje, evoluiu para um construto mais abrangente, que engloba literacias mediáticas, normas culturais, formações identitárias e práticas de envolvimento e participação. A cidadania digital exige não só acesso a dispositivos e conectividade, mas também políticas de educação pública, acessibilidade infraestrutural e empoderamento individual. Trata-se de um processo transformador que intersecciona inclusão social, literacia informacional e direitos civis.

1.2 Cidadania Digital e Bibliotecas

Neste cenário, as bibliotecas - e, em particular, as bibliotecas digitais - assumem um papel estratégico, ainda que frequentemente subestimado. Historicamente, as bibliotecas constituem um dos poucos espaços públicos em que convergem o acesso ao conhecimento, a gratuidade e o universalismo. Com a transição para a sociedade digital, elas também evoluíram, adaptando-se a novos media e práticas emergentes. Tanto a IFLA como a UNESCO (2022) reafirmam essa função: as bibliotecas continuam sendo ambientes cruciais para a literacia cívica, a coprodução cultural e a participação ativa.

É nesse contexto que proliferaram as plataformas públicas de empréstimo digital, especialmente entre 2020 e 2025. Na Itália, a MediaLibraryOnLine ([MLOL](#)) representa a principal plataforma de empréstimo digital, acessível por meio de bibliotecas públicas e escolares. Disponibiliza ebooks, jornais, música, audiolivros e recursos de acesso aberto. Seu modelo não comercial, baseado no empréstimo, reforça uma cultura de compartilhamento e constitui a extensão digital da biblioteca pública, alicerçada nos princípios de acesso, inclusão e conhecimento enquanto bem comum.

Na Espanha, um modelo comparável é o [eBiblio](#), coordenado pelo Ministério da Cultura em parceria com as comunidades autônomas. Também aqui o foco está no acesso gratuito e aberto, com uma seleção bibliográfica unificada que cada região adapta às necessidades locais. Cada comunidade expande e personaliza seu catálogo, oferecendo um serviço sob medida dentro de um quadro institucional homogêneo.

Na França, a [Gallica](#) é a plataforma digital da Bibliothèque nationale de France (BnF), em operação desde 1997. Concebida inicialmente como laboratório experimental, tornou-se uma das maiores bibliotecas digitais do mundo. Diferentemente da MLOL e do eBiblio, não oferece serviços de empréstimo, mas permite a consulta aberta de milhões de documentos digitalizados — de livros e jornais históricos a fotografias, manuscritos e partituras musicais. A Gallica funciona como um arquivo cultural para pesquisadores, docentes, estudantes e cidadãos curiosos, baseado em um modelo colaborativo e aberto.

Essas três plataformas não são meros serviços de informação, mas interfaces culturais pelas quais a cidadania digital se concretiza — ou, em alguns casos, se vê restringida. MLOL, eBiblio e Gallica exemplificam três modelos públicos distintos de infraestrutura informacional e mediação institucional, cada um com suas próprias abordagens de governança, comunicação, inclusão e participação.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Durante as décadas de 1990 e 2000, o conceito de biblioteca digital desenvolveu-se em torno de um conjunto de definições e modelos teóricos que enfatizavam sua natureza híbrida. Borgman (1993) descreveu-a tanto como arquitetura de rede quanto como conjunto de serviços; Marchionini e Fox (1999) propuseram um modelo sistêmico baseado em quatro dimensões (usuários, tecnologia, serviços e conteúdo); e Arms (2000) definiu a biblioteca digital como uma coleção organizada de informações digitais acessível via internet. Já no novo milênio, Hoskins (2011) introduziu a noção de “virada conectiva”, identificando na rede uma

mudança de paradigma na comunicação. Hoje, fala-se de uma verdadeira “virada participativa” nas bibliotecas digitais, em que o digital não apaga o papel cívico da biblioteca, mas o reescreve.

O risco de uma “passivização” da participação intensifica-se com a ascensão da plataformaização. Enquanto a Sociedade em Rede (Castells, 1996) descreveu um mundo de conectividade, e a Sociedade Conectiva (Wellman e Rainie, 2012) ressaltou as interações sociais nela presentes, a Sociedade das Plataformas (van Dijck, Poell e de Waal, 2019) revela um novo regime de mediação — no qual cultura, conhecimento e acesso público são cada vez mais filtrados pelas lógicas das plataformas. Imediatismo, perfilamento e padronização comportamental transformam o consumo cultural em prática governada por métricas, automatismos e recomendações algorítmicas.

Este trabalho parte dessas premissas para examinar criticamente como os relatórios mais recentes (até junho de 2025) publicados pela MLOL, eBiblio e Gallica enquadram a noção de cidadania digital. Por meio de análise comparativa de suas narrativas oficiais, busca-se entender quais modelos de participação emergem, que formas de exclusão são produzidas e qual ideia implícita de cidadão digital se constrói nos serviços de biblioteca pública contemporâneos.

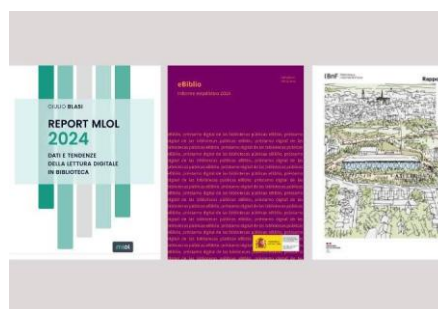
3 METODOLOGIA

Este estudo concentra-se na análise documental crítica dos três relatórios mais recentes da MLOL, eBiblio e Gallica. Apoia-se no referencial teórico-metodológico da Análise Crítica do Discurso (ACD), especialmente nas formulações de Fairclough e Wodak, para investigar como instituições bibliotecárias constroem e comunicam sua visão de cidadania por meio das escolhas textuais e gráficas nos relatórios selecionados.

Os documentos analisados são: *Report MLOL 2024: Dati e tendenze della lettura digitale in biblioteca*, eBiblio. *Informe estadístico 2024* e BnF. *Rapport d'activité 2023*. Foram escolhidos não apenas pela relevância nacional de cada plataforma, mas também porque, apesar das diferenças institucionais e discursivas moldadas por contextos sociopolíticos e culturais distintos, compartilham traços estruturais e ideológicos que podem indicar um padrão europeu mais amplo na conceitualização de bibliotecas digitais. Todas as três são financiadas publicamente ou ancoradas institucionalmente: Gallica é gerida diretamente pela Bibliothèque nationale de France; eBiblio é coordenada pelo Ministério da Cultura da Espanha em colaboração com as comunidades autônomas; e a MLOL opera como parceria público-privada, com conteúdo e serviços oferecidos por bibliotecas italianas e infraestrutura técnica mantida pela Horizon srl.

| 5

Figura 1. Capas dos relatórios institucionais analisados



Fonte: Relatórios oficiais da MLOL, do Ministério da Cultura espanhol e da Bibliothèque nationale de France

Descrição: A imagem apresenta três capas de relatórios dispostas lado a lado. A primeira (à esquerda) é branca com faixas verticais verdes e o título "REPORT MLOL 2024"; a segunda (centro) possui fundo roxo vibrante; a terceira (à direita) é branca com uma ilustração verde de uma paisagem urbana.

com textos densos e o logotipo "eBiblio"; a terceira (à direita) exibe uma ilustração técnica detalhada de uma vista urbana e arquitetônica.

A escolha pela análise dos relatórios mais recentes fundamenta-se na perspectiva da ACD de que documentos institucionais não são textos neutros ou meramente informativos, mas dispositivos discursivos que produzem e reproduzem ideologias, representações e modelos de cidadania. Nesse sentido, a ACD oferece um caminho adequado para explorar as relações entre linguagem, poder institucional e sociedade.

Conforme a formulação clássica de Fairclough (1995), a ACD opera em três níveis interconectados: (i) análise linguístico-textual, (ii) análise das práticas discursivas e (iii) análise das práticas socioculturais mais amplas nas quais os textos estão inseridos. Essa abordagem dialético-relacional permite identificar como textos institucionais naturalizam configurações de poder, sistemas de valores e relações semânticas aparentemente neutras. A ACD, portanto, vai além da “leitura” do conteúdo — busca desconstruir as lógicas ideológicas e performativas do texto, evidenciando o que é dito, como é dito e, crucialmente, o que fica por dizer ou invisibilizado.

Essa opção metodológica também atende a uma preocupação epistemológica alinhada à natureza do fenômeno em estudo. Plataformas públicas de empréstimo digital não são meras infraestruturas técnicas; constituem tecnologias discursivas e culturais que se apresentam ao público por meio de relatórios, infográficos, narrativas, valores e estratégias retóricas. Compreender como essas plataformas se autorrepresentam em documentos oficiais equivale a engajar-se diretamente com as visões institucionais de cidadania digital que promovem, implícita ou explicitamente.

Para conduzir a investigação, elaborou-se uma grade de análise discursiva como instrumento metodológico intermediário, articulando teoria e análise comparativa. A grade teve dupla finalidade: oferecer um arcabouço estruturado para o exame dos relatórios e assegurar a identificação sistemática e coerente das dimensões discursivas-chave em cada documento, viabilizando interpretações comparativas significativas.

A construção da grade baseou-se na literatura central da ACD (Fairclough, 1995; Janks, 1997; Wodak e Meyer, 2009) e traduziu categorias analíticas em dimensões textuais observáveis. Estruturou-se em sete seções principais:

- a) **Tom discursivo dominante:** registro linguístico prevalente (tecnocrático, orientado a valores, emancipatório, autocelebratório) e sua função comunicativa.
- b) **Representação do usuário como cidadão:** construção do destinatário ideal (passivo, ativo, consumidor, participante).
- c) **Termos-chave e léxico ideológico:** palavras recorrentes e conceitos que veiculam determinada visão do serviço e do cidadão.
- d) **Agentes discursivos:** sujeitos principais no texto (instituições, plataformas, cidadãos, parceiros) e tipo de agência atribuída.
- e) **Enquadramento temporal:** construção do tempo no discurso (presente, memória, futuro) e sua função retórica.
- f) **Omissões e silêncios:** aspectos relevantes não mencionados (por ex., desigualdades, grupos vulneráveis, ausência de design participativo).
- g) **Conclusão interpretativa:** síntese da visão implícita de cidadania digital emergente.

A aplicação da grade permitiu um engajamento sistemático, porém flexível, com padrões discursivos evidentes e estruturas simbólicas mais sutis. Após as análises individuais, construiu-se uma matriz comparativa alinhando as três plataformas conforme as mesmas categorias analíticas. Essa etapa possibilitou identificar convergências e divergências entre

Gallica, eBiblio e MLOL quanto a:

- modelo subjacente de governança (top-down, multinível, híbrido);
- construção do usuário (cidadão ativo vs. consumidor passivo);
- presença ou ausência de lógicas participativas;
- forma de cidadania digital legitimada (baseada em acesso, orientada ao usuário ou concebida como bem comum cultural).

A matriz comparativa serviu como ferramenta de síntese crítica, não apenas para mapear resultados empíricos, mas também para gerar inferências teóricas sobre o papel simbólico dessas plataformas na conformação da esfera pública digital. Em particular, a análise revelou que, apesar das diferenças de idioma e estrutura organizacional, as três convergem em vários elementos-chave: ausência de design participativo, visão seletiva de cidadania, ênfase em dados quantitativos e engajamento marginal com desigualdades além de seu registro estatístico. Esses traços comuns oferecem base empírica sólida para interrogar criticamente a relação entre digitalização dos serviços públicos, cidadania e produção institucional de discurso.

Em suma, a abordagem metodológica deste estudo fundamenta-se na articulação coerente entre teoria crítica do discurso, instrumentos operacionais de análise textual e síntese comparativa — integração imprescindível para apreender a complexidade simbólica e política da transformação digital, conforme comunicada pelos relatórios e documentos públicos dos serviços culturais selecionados.

4 RESULTADOS

A análise discursiva dos três relatórios publicados pela MLOL, eBiblio e Gallica revela três modelos distintos de infraestrutura pública de biblioteca digital, cada um encenando visões significativamente diferentes de cidadania, cultura e participação. Tais visões não estão explicitamente declaradas nos documentos, mas podem ser inferidas pela forma discursiva, pela estrutura narrativa, pela seleção de palavras-chave e pelos silêncios sintomáticos. Uma divergência crucial emergiu no tom e na abordagem comunicativa dos três casos.

O relatório da Gallica, elaborado e publicado pela Bibliothèque nationale de France, adota um registro altamente institucional e tecnocrático, voltado para legitimar o papel central da instituição na gestão e valorização do patrimônio cultural.

O relatório do eBiblio, produzido pelo Ministério da Cultura espanhol, emprega uma linguagem gerencial e administrativa, típica de um documento de monitoramento de desempenho, em vez de uma narrativa cultural.

Em contraste, a MLOL molda seu discurso em termos explicitamente orientados por valores e reflexivos, por vezes beirando uma retórica manifesto-like. Seu léxico inclui referências ao “bem comum”, à “infraestrutura pública”, ao “compartilhar” e ao “leitor-cidadão”, evocando um imaginário político e cultural mais manifesto.

No entanto, essa distância retórica nem sempre corresponde a diferenças reais nos modelos participativos. Num exame mais detido, os três relatórios exibem uma limitação comum: a participação do usuário raramente é abordada de forma substantiva. A agência cidadã é frágil ou, em muitos casos, inteiramente ausente. Não há menção a consultas públicas, processos de co-design ou feedback deliberativo. Os usuários não são entrevistados nem representados como atores políticos ou sociais. Em vez disso, constroem-se discursivamente como utilizadores finais, colocados no término de um sistema informacional top-down — destinatários, não cocriadores.

No caso da Gallica, essa dinâmica reflete-se na ênfase dada ao patrimônio e à

preservação. O usuário é enquadrado como consumidor passivo de conteúdos de “alta cultura”, no papel de explorador, leitor ou espectador. A interação é unidirecional. Não existem categorias que abordem práticas emergentes, apropriação criativa ou agência coletiva. Paradoxalmente, uma das maiores bibliotecas digitais do mundo produz um discurso que torna invisíveis os cidadãos reais, suas competências e suas necessidades.

O eBiblio opera num quadro ainda mais restrito. A cidadania reduz-se a uma condição de utilizador gerido, regulado por um sistema de governança multinível que envolve ministérios e comunidades autônomas. A única métrica relevante é o número de empréstimos e a eficiência da entrega do serviço. O discurso é plenamente funcionalista, e o usuário desenha-se como abstrato, seriado e intercambiável. Toda a arquitetura discursiva visa exibir o sistema, não o cidadão. A cultura aparece aqui como serviço padronizado, não como espaço de expressão ou diferenciação social. Não há margem para conflito, marginalidade ou heterogeneidade cultural.

A MLOL, como já mencionado, procura construir uma narrativa mais cívica e coletiva em torno da leitura digital. A biblioteca é retratada como espaço cultural e político, e a plataforma, como infraestrutura pública em contraste com lógicas comerciais. Nesse contexto, o usuário é enquadrado como “leitor-cidadão”, convidado a participar de uma cultura compartilhada. Contudo, até aqui emerge uma ambivalência: o cidadão evocado pelo discurso já está presente, já é alfabetizado, já está alinhado ao projeto. Trata-se de uma figura mais ideal do que real. O relatório não aborda atritos, barreiras de acesso, desigualdades digitais ou tensões entre competências técnicas e participação cultural. Nesse sentido, o universalismo proclamado corre o risco de ocultar uma seleção implícita: cidadão digital é apenas quem já sabe navegar na plataforma. Essa idealização não decorre de falha técnica, mas de um efeito discursivo típico da plataforma dos serviços públicos. Conforme van Dijck, Poell e de Waal (2019) observam, a plataforma não é apenas interface técnica, mas também dispositivo narrativo e normativo que gera expectativas, comportamentos e modelos de cidadania. Nos relatórios analisados, as plataformas digitais públicas atuam como ambientes que selecionam, padronizam e direcionam. Não se limitam a possibilitar o acesso: definem a forma adequada de ser cidadão no âmbito digital.

Outro elemento transversal refere-se à temporalidade do discurso. No relatório da Gallica, o tempo é linear: da fundação ao crescimento, cada etapa confirma a excelência e a continuidade institucionais. No eBiblio, o tempo é burocrático, regido por ciclos orçamentários e indicadores de desempenho. Apenas a MLOL introduz uma dimensão temporal mais aberta e projetiva: o futuro não está predeterminado, mas deve ser construído mediante responsabilidade pública e cultural. Ainda assim, mesmo aqui o “futuro” permanece um horizonte evocativo, não um espaço concretamente articulado de formulação de políticas participativas.

Do ponto de vista sociológico, esses três modelos podem ser interpretados como manifestações explícitas de visões implícitas do bem público digital:

- **Herança-centralista (Gallica):** tecnologias digitais a serviço da difusão cultural, sem questionar as relações de poder existentes;
- **Gerencial-racionalista (eBiblio):** foco na eficiência e uniformidade do serviço, com baixa intensidade simbólica;
- **Cooperativo-cultural (MLOL):** busca de significado compartilhado e pertencimento cívico, embora sujeita à idealização e ao engajamento limitado com realidades sociais.

Todos, entretanto, evitam sistematicamente questões de desigualdade, marginalidade ou de divisão digital. O cidadão digital representado está sempre conforme, imerso numa normalidade implícita. Não há vestígio de tensões de classe, gênero ou capital cultural. A

cidadania digital, nesses relatórios, nunca é problematizada como construção social, mas apresentada como um status já alcançado ou naturalmente alcançável via oferta de serviços públicos.

Em conclusão, esses documentos institucionais revelam não apenas o estado atual das plataformas de bibliotecas digitais na Europa, mas, de forma mais profunda, o que as instituições públicas esperam do cidadão digital e como contribuem ativamente para definir, regulamentar e operacionalizar essa figura. Essa é a questão crítica que esta análise pretende destacar: a digitalização pública não é neutra e cada plataforma também funciona como forma de governança. A cidadania digital não é mero direito a ser exercido, mas papel a ser desempenhado. O que falta de forma notável nesses relatórios é justamente o espaço para variação, resistência, conflito e subjetividades que não se encaixem em categorias pré-definidas.

Quadro 1. Análise Crítica do Discurso (ACD)

Categoria	Gallica (França)	eBiblio (Espanha)	MLOL (Itália)
Tom discursivo dominante	Tecnocrático, orientado por valores, autocelebratório	Tecnocrático, gerencial	Orientado por valores, gerencial, emancipatório
Representação do usuário/cidadão	Usuário passivo, consumidor de patrimônio cultural	Usuário como ponto final do serviço	Leitor-cidadão ativo e participativo
Palavrass-chave	Patrimônio, parceiros, gratuito, usuário	Empréstimo digital, serviço, coordenação, usuário	Leitura, compartilhament o, bibliodiversidade commons, ecossistema
Principais atores discursivos	BnF, Gallica, parceiros institucionais, usuários	Ministério, Comunidades Autônomas, plataforma, usuários	Bibliotecas, leitores, editoras, escolas
Construção temporal	Linear (passado-presente-futuro)	Presente gerencial	Passado-presente-futuro com agência coletiva
Função ideológica do discurso	Legitimar a liderança cultural nacional	Medir o desempenho do serviço	Construção participativa da cultura digital
Elementos críticos/omitidos	Ausência total de agência do usuário; nenhuma menção a desigualdades	Usuário abstrato; sem dimensão social; sem consulta pública	Idealização do usuário alfabetizado; falta menção a "não-usuários"
Concepção de cidadania digital	Cidadania como acesso ao patrimônio cultural	Cidadania como uso gerido do serviço	Cidadania como prática cultural e coletiva

Fonte: Baseada nos relatórios de 2024 da MLOL e do eBiblio, e do relatório de 2023 da Gallica.

Descrição: A imagem apresenta um quadro intitulado "Quadro 1. Análise Crítica do Discurso (ACD)", com fundo branco e bordas vermelhas. As colunas comparam as plataformas Gallica (França), eBiblio (Espanha) e MLOL (Itália) através de oito categorias de análise, como tom discursivo e representação do usuário. O conteúdo detalha as diferenças entre abordagens tecnocráticas, gerenciais e emancipatórias em cada serviço digital.

5 DISCUSSÃO

Num artigo de 2019 publicado no Medium.com, Giulio Blasi — CEO da Horizons Unlimited, empresa responsável pelo desenvolvimento e gestão da plataforma italiana MLOL — colocou uma questão oportuna sobre a digitalização da comunicação das bibliotecas. Blasi argumentou que o patamar de digitalização comunicativa ainda a ser atingido envolve um conjunto diverso de desafios, desde o repensar das configurações espaciais até a gestão de conteúdos, dados e procedimentos, tudo com o objetivo de preservar e transmitir a ideia da biblioteca como acesso integrado à cultura e ao conhecimento (Blasi, 2019). Este estudo partiu justamente de como, por meio das palavras e dos dados em seus relatórios oficiais, três serviços públicos europeus de biblioteca digital enquadram a cidadania digital — e o que essas narrativas revelam (ou ocultam) sobre as reais margens de participação cidadã.

A análise discursiva dos relatórios da MLOL, do eBiblio e da Gallica evidenciou visões implícitas de cidadania digital, revelando tanto analogias quanto divergências entre os três casos europeus, num momento em que as bibliotecas, à semelhança de outras instituições públicas, vêm-se reconfiguradas como plataformas. Em vez de discutida de modo explícito, a cidadania emerge como forma discursiva performativa, construída tácita e codificadamente por meio da linguagem, dos papéis atribuídos aos usuários, dos silêncios e das categorias usadas para descrever acesso, serviço e cultura.

Um primeiro eixo crítico refere-se à divergência entre os modelos retóricos e os níveis de agência conferidos aos usuários. Na França, a Gallica, com seu tom institucional e voltado ao patrimônio derivado do estatuto da BnF, constrói a imagem do cidadão como herdeiro passivo de uma memória coletiva a ser preservada. O sujeito que interage com a plataforma não é um cidadão definido pela espacialidade, temporalidade ou sociabilidade, mas figura funcional, culta e universalizada, desprovida de tensão, conflito ou diversidade. O usuário imaginado está assumido como plenamente alinhado ao projeto de digitalização — uma espécie de “cidadania patrimonial”, em que o valor reside não em sua agência, mas no acesso regulado a um bem simbólico pré-estabelecido.

Na Espanha, o eBiblio segue lógica ainda mais restrita, adotando um discurso gerencial em que o cidadão se apresenta quase exclusivamente como endpoint de uma infraestrutura coordenada centralmente e implementada localmente, estruturada conforme as especificidades das comunidades autónomas. A lógica subjacente é quantitativa, tendo como valores basilares a universalidade e a eficiência. A cidadania cultural, aqui, é administrada, não encenada: participação, engajamento ou diálogo estão ausentes. O usuário é tratado como variável de gestão pública.

No extremo oposto está a MLOL. Seu relatório adota discurso carregado de valores, reflexivo e orientado à dimensão cultural. Ali, o usuário já não é mero consumidor, mas é chamado de “leitor-cidadão”, figura dupla que reflete uma tentativa evidente de apresentar a plataforma como bem comum, espaço público e cooperativo, alternativa aos modelos comerciais. Nesse cenário, a cidadania digital vincula-se à leitura como prática de pertencimento, agência e produção de sentido. Contudo, trata-se de uma figura fortemente idealizada: o usuário já se supõe alfabetizado, ativo e integrado à dinâmica da plataforma. O relatório não aborda excluídos, desiguais de acesso ou aqueles que não dispõem das literacias digitais e culturais necessárias à participação. Como observa van Dijck (2020), até mesmo plataformas públicas podem reproduzir exclusão quando não enfrentam desigualdades estruturais. Assim, os três relatórios compartilham um ponto cego: nunca problematizam a divisão digital, as barreiras socioculturais ou as diferenças de capital digital (Bourdieu, 1986; DiMaggio *et al.*, 2004). O risco é que a cidadania digital seja construída por um processo de normalização — ou mesmo exclusão —, representando apenas o usuário digitalmente integrado e tornando o restante efetivamente inexistente, tanto no discurso quanto no design do serviço. Afinal, todo discurso institucional também é prática de exclusão: o que fica por dizer, o que se

torna impensável, importa tanto quanto o que é explicitamente articulado.

Quanto à temporalidade, nenhum dos três relatórios encara o tempo como processo de aprendizagem coletiva. Antes, o tratam como sequência linear ou medida de desempenho. Apenas a MLOL introduz uma visão projetiva de tempo, ainda que retórica: o futuro é evocado, mas não operacionalizado. Nenhum dos documentos adota lógica de prestação participativa de contas: faltam consultas documentadas, fóruns ou processos de co-design. O cenário resultante é de temporalidade de plataforma fechada, sem abertura à mudança.

Por fim, comparando-se as três plataformas, percebe-se que esses documentos institucionais atuam não apenas como ferramentas de comunicação, mas também como mecanismos de normatividade cultural. A cidadania é moldada pelos próprios dispositivos da sociedade de plataformas, tal como descrita por van Dijck, Poell e de Waal (2019): plataformas não apenas fornecem infraestrutura digital, mas configuram o que se considera público e cívico. Assim, mesmo bibliotecas digitais, apesar de sua alegada diferença, não estão imunes às lógicas de plataforma. Isso levanta questões sobre que tipo de plataforma pública as instituições desejam criar: uma que limita-se a entregar conteúdo ou uma que envolva cidadãos na definição de regras, critérios e objetivos?

Uma plataforma verdadeiramente participativa não pode resumir-se a interface *user-friendly* ou a catálogo vasto sob demanda. Para ser genuinamente participativa, deve ser ambiente político, no qual usuários não apenas acessem conteúdo, mas contribuam diretamente para definir o que conta como cultura, acesso e público. Na prática, isso exigiria que os relatórios incluíssem também vozes de usuários e bibliotecários — que, afinal, espelham as realidades dos territórios que atendem — marcando a transição de relatórios baseados em desempenho para relatórios dialógicos e reflexivos. Para viabilizar essa mudança, é crucial primeiro desenvolver novas métricas que mensurem equidade e impacto social, não apenas número de empréstimos, bem como criar espaços digitais deliberativos ou consultivos vinculados à evolução contínua da plataforma.

6 CONCLUSÃO

A digitalização dos serviços de biblioteca pública emergiu como desenvolvimento central na reconfiguração do acesso cultural e do engajamento cívico na Europa. Essa transformação acelerou-se nos últimos cinco anos, não apenas em resposta à pandemia, mas também pela adoção generalizada de infraestruturas digitais e pelo crescente papel da inteligência artificial generativa (Gen AI) na esfera pública.

As bibliotecas digitais públicas representam campo singular onde valores institucionais, mediação tecnológica e imaginários cívicos se cruzam. Este estudo teve como objetivo investigar como o conceito de cidadania digital é articulado — ou omitido — nos relatórios institucionais de três plataformas europeias de destaque: MLOL (Itália), eBiblio (Espanha) e Gallica (França). Buscou-se examinar criticamente como essas plataformas enquadram a relação entre cidadãos e serviços digitais públicos em época de plataformização e governança algorítmica.

Utilizando análise comparativa de discurso crítico, foram examinados linguagem, estrutura e recursos retóricos nos relatórios de atividade de 2023–2024 das três plataformas. Construiu-se uma matriz comparativa para identificar modelos discursivos, representações de usuários e orientações ideológicas implícitas.

Os resultados apontam três modelos discursivos distintos de cidadania digital: a Gallica promove um modelo patrimonial, enraizado no patrimônio cultural; o eBiblio adota um quadro administrativo e orientado por dados; a MLOL propõe um modelo participativo, centrado no acesso e no valor cultural compartilhado. Apesar das diferenças, os três relatórios

evitam sistematicamente temas como desigualdade digital, mediação algorítmica ou governança participativa.

O usuário é frequentemente construído como conformista e passivo, com escasso espaço para contestação ou coparticipação. As bibliotecas digitais públicas não são plataformas neutras: são infraestruturas culturais que moldam — e são moldadas por — visões sociais mais amplas de democracia e participação. Embora celebradas pelo amplo acesso que proporcionam, essas plataformas também podem reproduzir exclusão e limitar a agência, sobretudo quando a participação se define apenas em termos instrumentais. Com o avanço da Gen AI, a necessidade de serviços públicos digitais transparentes, responsáveis e democraticamente governados torna-se ainda mais premente.

Nesse sentido, as reflexões aqui oferecidas podem inspirar desenvolvimentos futuros em outros contextos (como no Brasil, onde se observa abordagem descentralizada em bibliotecas digitais, enraizada na reforma administrativa conhecida como “virada da cidadania” promovida por Bresser-Pereira), em que a ausência de infraestrutura nacional cooperativa abre tanto lacuna quanto oportunidade: construir plataformas inclusivas e cívico-orientadas desde a base.

REFERÊNCIAS

ARMS, W. Y. **Digital libraries**. Cambridge, MA: MIT Press, 2000.

BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE. **Rapport d'activité 2023**. Paris: BnF, 2024. Disponível em: <https://www.bnf.fr/fr/rapport-dactivite>. Acesso em: 10 Jun. 2025.

BLASI, Giulio. Le quattro dimensioni della digitalizzazione e il futuro delle biblioteche pubbliche. **Medium**, 10 set. 2019. Disponível em: <https://giulio-biasi.medium.com/le-quattro-dimensioni-della-digitalizzazione-e-il-futuro-delle-biblioteche-pubbliche-e2fa31c0365a>. Acesso em: 20 June 2025.

BONO ROSSELLO, Nicolas; SIMONOFSKI, Anthony; CASTIAUX, Annick. Artificial intelligence for digital citizen participation: design principles for a collective intelligence architecture. **Government Information Quarterly**, Amsterdam, v. 42, n. 2, p. 102020, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.giq.2025.102020>

BORGMAN, C. National electronic library report. In: FOX, E. A. **Sourcebook on digital libraries**: report for the National Science Foundation. Blacksburg (VA): Computer Science Department, 1993. p.126-147.

BOURDIEU, P. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. G. **Handbook of theory and research for the sociology of education**. Westport, CT: Greenwood Press, 1986. Cap. 9. Translated by Richard Nice.

CASTELLS, Manuel. **The rise of the network society**. Oxford: Blackwell, 1996.

CORBETT, Eric; DENTON, Remy; ERETE, Sheena. Power and public participation in AI. In: EQUITY AND ACCESS IN ALGORITHMS, MECHANISMS, AND OPTIMIZATION (EAAMO '23), 3., 2023, Boston, MA, USA. **Proceedings [...]**. New York: ACM, 2023. p. 1–13. DOI: <https://doi.org/10.1145/3617694.3623228>

CORNWALL, A. Unpacking ‘participation’: models, meanings and practices. **Community Development Journal**, Oxford, v. 43, n. 3, p. 269–283, jul. 2008. DOI:

<https://doi.org/10.1093/cdj/bsn010>

DIMAGGIO, Paul. *et al.* Digital inequality: from unequal access to differentiated use. In: NECKERMAN, K. M. **Social inequality**. Manhattan, NY: Russell Sage Foundation, 2004. p. 355–400.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse and social change**. Cambridge: Polity Press, 1992.

FAIRCLOUGH, Norman. **Critical discourse analysis: the critical study of language**. London: Longman, 1995

GASCO-HERNANDEZ, Mila; VALLE-CRUZ, David. Smart technologies, governments and citizens: an overview of benefits, opportunities, challenges and risks. **Government Information Quarterly**, Amsterdam, v. 42, n. 2, p. 102036, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.giq.2025.102036>

HOSKINS, Andrew. Media, memory, metaphor: remembering and the connective turn. **Parallax**, London, v. 17, n. 4, p. 19–31, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1080/13534645.2011.605573>

JANKS, Hilary. Critical discourse analysis as a research tool. **Discourse: Studies in the Cultural Politics of Education**, v. 18, n. 3, p. 329–342, 1997. DOI: <https://doi.org/10.1080/0159630970180302>

KLARIC, V. Digital transformation of public administration – legal and organizational aspects. **AI & Society**, [S.l.], 2024.

MARCHIONINI, Gary; FOX, Edward A. Progress toward digital libraries: augmentation through integration. **Information Processing & Management**, Amsterdam, v. 35, n. 3, p. 219–225, 1999. Disponível em: <https://www.learntechlib.org/p/63874/>. Acesso em: 20 Jun. 2025.

MEDIA LIBRARY ONLINE. **Report MLOL 2024: horizons of digital reading**. Bologna: Horizons Srl, 2024. Disponível em: <https://encurtador.com.br/BKhnI>. Acesso em: 10 Jun. 2025.

MINISTERIO DE CULTURA Y DEPORTE (ES). **Informe anual eBiblio 2024**. Madrid: Subdirección General de Coordinación Bibliotecaria, 2024. Disponível em: <https://www.culturaydeporte.gob.es>. Acesso em: 10 Jun. 2025.

RAINIE, Lee; WELLMAN, Barry. **Networked: the new social operating system**. Cambridge, MA: MIT Press, 2012.

RIBBLE, Mike; BAILEY, G. **Digital citizenship in schools: nine elements all students should know**. Eugene, OR: ISTE, 2007.

SIEBER, Renée *et al.* What is civic participation in artificial intelligence? **EPB: Urban Analytics and City Science**, [S.l.], v. 52, n. 6, p. 1388–1406, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1177/23998083241296200>

SORICE, Michele. **Partecipazione e democrazia nell'era digitale**. Roma: Carocci, 2020.

UNESCO. **Public Library Manifesto – IFLA/UNESCO**. Paris: UNESCO, 2022. Disponível

em: <https://encurtador.com.br/aduPq>. Acesso em: 15 June 2025.

VAN DIJCK, José; POELL, T.; DE WAAL, M. **The platform society**: public values in a connective world. Oxford: Oxford University Press, 2019.

VAN DIJCK, José. Seeing the forest for the trees: visualizing platformization and its governance. **New Media & Society**, London, v. 22, n. 11, p. 2039–2053, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1177/1461444820940293>. Acesso em: 2 Oct. 2025.

WODAK, Ruth; MEYER, Michael. **Methods of critical discourse analysis**. 2nd ed. London: SAGE, 2009.